

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Instituto de
Economia
Industrial**

**Boletim de
Conjuntura
Industrial**

VOL. 3 N° 3 JUL / 83.

EDITORIAL

A MORATÓRIA CARA A CARA

A economia brasileira encontra-se mais uma vez mergulhada numa situação de aguda asfixia cambial. Como nos demais episódios — ocorridos, respectivamente, a fins de 1980 e em setembro/outubro de 82 — o governo vê-se obrigado a escolher entre: admitir a inviabilidade do cumprimento de seus compromissos no exterior; ou impor medidas de auto-contenção exigidas pelos credores. E mais uma vez o governo optou pela auto-contenção.

Quando do primeiro corte do nível de atividades, as autoridades valeram-se, fundamentalmente, da restrição creditícia e monetária. Com isto pretendiam de uma só tacada, frear a economia e obrigar as empresas a buscar recursos no exterior. O impacto negativo deste primeiro "stop" não tardou a evidenciar-se, sob a forma de uma brutal queda do produto industrial (- 10%) ocorrida em 1981. Segundo o Ministro Delfim Neto, porém, o país estava apenas "recuperando o espaço para crescer".

Na segunda metade de 1982, o novo programa de austeridade — agora já sob a orientação do FMI — ampliou e aprofundou os cortes. Além da contenção monetária e creditícia, haveria forte redução do orçamento das estatais. A economia entrava, com isto, em nova fase contracionista, com alarmante redução do emprego industrial. Os resultados obtidos, quer no plano interno, quer no que toca ao manejo da dívida externa revelaram-se, no entanto, de máus a péssimos. E chega-se assim ao dramático quadro vivido pela economia em junho/julho de 1983.

Desta feita os próprios credores se encarregaram de explicitar a incapacidade do país de manter os seus pagamentos em dia. Mas o governo, ainda uma vez, nega-se a admitir a realidade dos fatos. Nos cortes são anunciados abrangendo o crédito, o gasto público, subsídios e — destacadamente — os salários. Como, porém, nem mesmo este espetáculo de auto-imolação se mostra capaz de restabelecer o fluxo de crédito externo, o governo caminha, neste momento, e ao que tudo indica, para uma restrição draconiana das importações de petróleo.

A evolução que acabamos de sumariar deixa claro que o custo para o país dos programas de austeridade vai se tornando mais e mais elevado. No presente momento, com o ~~emprego~~ industrial em São Paulo de volta ao nível atingido em 1973 e com numerosas empresas em situação pre-falimentar, a imposição de novos cortes surge como uma insanidade. Não é porém apenas por estas razões que o "pacotão" de julho deve ser repudiado. É preciso ter presente que os sucessivos cortes constituíram, sempre, uma alternativa à suspensão assumida do pagamento da dívida. Evitou-se a qualquer custo a moratória, para preservar a credibilidade externa, e impedir a queda violenta da capacidade de importar. A través desse desastroso caminho, atinge-se presentemente uma situação de credibilidade nula, e compressão dramática das importações. Em outras palavras, a austeridade engloba hoje os efeitos negativos atribuídos à moratória. E isto sem as suas vantagens potenciais: a capacidade de definir programas de reformas e de expansão da economia submetidos a restrições duras, porém conhecidas. Convivemos com o pior dos males: os efeitos de uma austeridade socialmente intolerável sem resolver o impasse cambial e a incapacidade de negociar politicamente nos planos interno e externo os rumos da economia brasileira.

Não obstante todos os sacrifícios, o Brasil caminha inexoravelmente para a inadimplência. Uma vez reconhecida a efetiva incapacidade de pagar a dívida (nos termos em que foi contratada), o país se verá diante da necessidade de:

- redefinir as suas relações com os credores, bem como com os seus parceiros comerciais;
- promover um programa de recuperação e retomada do crescimento, em condições de agudo estrangulamento externo;
- definir-se politicamente acerca de problemas de natureza estrutural, que caracterizam a economia e a sociedade brasileira.

Há fortes razões para se supor que a mudança do relacionamento com credores e clientes não enfrentará as terríveis dificuldades antevistas por alguns. Antes de mais nada, porque a cessação dos pagamentos, uma vez anunciada, será vista e entendida como o desfecho inevitável da situação com que se defronta o país: os que pretenderem punir o país estarão punindo o óbvio, enquanto os parceiros que quiserem fazer vista grossa, tratando de acomodar-se à situação, terão todas as excusas para assim proceder. Por outro lado, há que suspeitar daqueles

que apontam para a moratória como o desastre final. É demasiado evidente que o quadro atual constitui um terreno propício à obtenção de mudanças e concessões lesivas ao país, que uma sociedade não acuada (e que voltasse a ter um mínimo de perspectivas) jamais consentiria.

Quanto à recuperação e ao crescimento, em meio a severas restrições externas, teriam que ser programados a partir das deficiências e potencialidades da capacidade produtiva instalada. Segundo estudos preliminares realizados por entidades patronais (e desde que o devido apoio seja concedido às empresas) as possibilidades de reação a curto prazo, tendo em vista a substituição de importações, são consideráveis. Exploradas estas brechas, bem como as possibilidades de intensificação dos acordos de trocas — que em diversos casos vem encontrando grande receptividade — é de prever-se uma capacidade global de reação, que poderá surpreender a uma opinião pública sistematicamente ameaçada (chantageada) pelo espantinho da moratória.

A terceira questão é, seguramente, a mais delicada. E isto porque a extrema gravidade dos problemas sociais historicamente acumulados e recentemente agravados, torna particularmente difícil estabelecer (pactar) as questões que serão, por fim, enfrentadas. Há que ter presente que as camadas dirigentes desse país acenaram, desde os anos 30, com a industrialização e o crescimento econômico em troca da imutabilidade das estruturas e da preservação das desigualdades. Esta situação não poderá perpetuar-se. Haverá, porém, na sociedade brasileira, reservas de engenho e arte política, que lhe permitam efetivamente fazer face às brutais desigualdades sociais que a estigmatizam? Este o verdadeiro teste, de cuja resposta dependerá a consolidação, neste país, de uma sociedade democrática.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL**

Av. Pasteur, 250 – C.P. 58028
CEP 22.290 – Rio de Janeiro – Tel.: 295-4295